



As eleições equatorianas de 2006 e os desafios à governabilidade do país

Observador On-Line (vol. 1, nº 8, out. 2006)

ISSN 1809-7588

André Luiz Coelho

Pesquisador do OPSA

Introdução

O objetivo desse artigo é fazer um breve histórico da situação política equatoriana dos últimos anos, ressaltando a instabilidade crônica que levou o país a ter sete presidentes nos últimos dez anos, para em seguida discutir as eleições presidenciais e parlamentares que serão realizadas no próximo dia 15 de outubro, refletindo sobre os principais candidatos, suas propostas e probabilidade de sucesso.

As eleições de 15 de outubro escolherão o novo presidente do Equador, um novo Congresso Nacional com 100 deputados, cinco parlamentares andinos, 67 conselheiros provinciais e 10 membros de juntas paroquiais.

O texto está dividido em quatro partes, sendo que a primeira faz um breve histórico dos últimos anos da vida pública equatoriana, dando especial ênfase aos acontecimentos posteriores a segunda metade da década de 1990; a seguinte apresenta os números da última pesquisa de intenção de voto presidencial e comenta os resultados, bem como apresenta as principais propostas dos presidencialistas; a terceira discorre sobre os principais problemas e desafios à governabilidade equatoriana; e a última parte desenvolve algumas conclusões.

1- Histórico recente

De um modo geral, a situação política, social e econômica dos países andinos, respectivamente, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela é bastante delicada. A vida pública equatoriana tem sido marcada por fortes disputas programáticas entre grupos sociais, partidos e classes. Tais atores políticos possuem projetos diferentes para o país, chegando a uma situação de concorrência onde foi atingida uma situação de equilíbrio e poder de veto mútuo, levando o país a um histórico de grande instabilidade política.

Para melhor compreensão do atual cenário político equatoriano, é necessário voltar no tempo e atentar para três eventos específicos: o retorno da democracia ao país e o surgimento e organização do movimento indígena, com a criação da Confederação das Nacionalidades Indígenas (Conaie), no final da década de 1970, e a tentativa de implementação de reformas orientadas para o mercado, ao longo da década de 1990.

Com o fim da ditadura equatoriana em 1979, as novas demandas por inclusão inerentes a democracia se fizeram presente. Tal momento possibilitou a emergência dos grupos indígenas como um relevante ator político. Esses grupos, que no passado estiveram inseridos em uma tradição comum a maioria dos países andinos em que o Estado formulava políticas de inclusão das populações indígenas por meio de estratégias corporativas, eram vistos como *campesinos* e não como grupos étnicos. O Equador, com o surgimento da Conaie, em 1979, deu o primeiro passo para uma mudança nessa situação, articulando uma confederação indígena unificada e capaz de mobilizar uma identidade étnica e programática.

Com a emergência das políticas neoliberais dos anos 1980, o modelo corporativo sofreu uma desestruturação, com o esgarçamento das antigas organizações sindicais e partidárias de esquerda, que diminuíram sua capacidade de ação coletiva, conferindo aos movimentos indígenas uma posição protagonista nas lutas pela preservação de direitos coletivos. Assim, o fortalecimento do movimento indígena está associado ao reconhecimento da Conaie pelo Estado como um ator político representativo das populações indígenas.

Ao longo dos anos 90, os sucessivos governos buscaram realizar reformas que implementassem os ajustes preconizados pelo FMI. Os temas mais sensíveis foram as

privatizações, as reformas fiscais, que buscavam ampliar a base tributária, a dolarização da economia, o esforço governamental para remanejar o subsídio estatal agrícola para o agronegócio e reformas constitucionais para abolir a propriedade comunal. Nesse conjunto de medidas, o petróleo e derivados, além do gás de cozinha, foram sempre objetos de incursões tributárias do governo equatoriano como parte dos sucessivos acordos para obtenção de crédito das agências de financiamento internacionais. A dependência do Equador em relação ao petróleo, principal fonte de renda do país, tornou-o pivô para a maioria das greves, paralisações e crises políticas.

Quando se observa o nível de endividamento do Equador e a necessidade de refinanciamento do país, compreende-se o estreito grau de liberdade que as últimas administrações sofreram e as conseqüências disso para a consolidação da estabilidade política. Este cenário foi refletido em um alto nível de volatilidade dos ministérios, corrupção crônica, incapacidade de formação de maiorias parlamentares e aspirações arbitrárias do Executivo, com intervenções no Judiciário.

Como conseqüência direta dessa situação, nos anos 1990 crescem significativamente as mobilizações sociais. Diante de um sistema partidário fragmentado, no qual nenhum partido detém mais que 20% do eleitorado, novas legendas e movimentos são organizados. É importante, nesse momento, ressaltar o protagonismo indígena, de grupos sociais que representam algo que varia entre 25%, segundo dados do Inter-American Indigenous Institute, e 43% da população total do Equador, segundo a International Labor Organization (Van Cott, 2005). Divididos em 12 etnias, esses grupos foram os mais atingidos pela pobreza, acentuada com as reformas neoliberais, mas foram, também, os que melhor obtiveram êxito em canalizar essa expressão numérica numa força política organizada social e partidariamente. No entanto, como veremos mais a frente, o braço político da Conaie, o partido Movimento Pachakutik (PK) não conseguiu cristalizar toda essa movimentação a seu favor, chegando às eleições de 2006 enfraquecido.

Desde o retorno à democracia, somente três presidentes conseguiram terminar o mandato. A partir da segunda metade dos anos 1990, nenhum presidente conseguiu concluir o mandato de quatro anos. Abdalá Bucaram Ortiz, presidente eleito em 1996, permaneceu apenas 186 dias no cargo; Jamil Mahuad Witt, eleito em 1998, apenas um ano e meio; e Lúcio Gutiérrez Borbúa, eleito presidente em 2002, ficou por dois anos e

quatro meses. Os três últimos presidentes coincidiram numa agenda mais sintonizada com as reformas neoliberais. As principais questões de disputas entre os grupos políticos e partidários envolveram, basicamente, as sucessivas tentativas de aplicação das políticas de ajuste estrutural propugnadas pelas agências financeiras internacionais como condição para obtenção de novas linhas de crédito e renegociação de dívidas. Aliado a isso, o histórico de lutas políticas no Equador, que possui uma burguesia historicamente ligada ao poder.

De forma sucinta, os últimos presidentes equatorianos tiveram trajetórias semelhantes, sendo eleitos por amplas alianças com um discurso mais sintonizado com a centro-esquerda, inclusive com o apoio do Pachakutik, e uma vez no poder seguiram percursos diametralmente opostos às suas promessas de campanha, aprofundando ainda mais os ajustes macroeconômicos. Um dos principais exemplos desse modelo foi o curto mandato de Abdalá Bucaram, conhecido como “*El Loco*”, que em apenas sete meses tentou implantar um pacote radical de reformas econômicas, com aumentos de 1.000% nas tarifas telefônicas, 300% nas tarifas elétricas e 60% nas dos transportes, o que resultou numa greve geral que paralisou o país e levou à sua deposição. Bucaram é substituído então por Fabián Alarcón, que realiza um governo de transição até a eleição de Jamil Mahuad, no ano seguinte, após vencer no segundo turno Álvaro Noboa, atual candidato às eleições presidenciais de 15 de outubro de 2006.

Já nos primeiros meses de governo de Mahuad ocorrem manifestações violentas em razão da execução de um projeto de modernização e reestruturação do aparato estatal, que conta com o financiamento do Banco Mundial, que concede outros empréstimos a seu governo, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI). As dívidas interna e externa somam cerca de 15 bilhões de dólares. Após sucessivos aumentos de impostos, cortes nos gastos públicos e privatizações, greves e manifestações populares tomam conta do país, sendo muitos deles, violentos. Na maior mobilização indígena da história do Equador, com cerca de 100 mil manifestantes, o país é paralisado por doze dias. O presidente declara o Estado de Emergência, derogado pelo Congresso Nacional. Em Janeiro de 2000, manifestantes indígenas tomam o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça e inauguraram o que chamaram de novo governo, desconhecendo os três poderes constituídos. Mahuad denuncia tentativa de golpe em cadeia nacional e é obrigado a abandonar o palácio presidencial de Carondelet. As Forças Armadas retiram seu apoio ao governo. Gustavo Noboa assume a presidência. No dia seguinte, o

Congresso Nacional reconhece Noboa, declarando o abandono de cargo de Mahuad. As forças insurgentes foram comandadas pelo futuro presidente equatoriano, coronel Lúcio Gutiérrez.

O governo de Gustavo Noboa Bejarano (2000-2002) acabou seguindo a mesma linha de seus antecessores, bem como também teve o mesmo fim. Realizou acordos com organismos financeiros multilaterais e propôs o aumento de impostos, como forma de conter o déficit fiscal equatoriano no limite de 1,5% do PIB. Após meses de negociações infrutíferas com o Congresso Nacional e pressionado pelo FMI e pelo Clube de Paris, Noboa resolve aumentar o índice do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 12% para 14%, o que resultou numa imediata liberação de um empréstimo de US\$ 48 milhões pelo FMI, e a expectativa de concessão de outros empréstimos dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Posteriormente, o Tribunal Constitucional julgou inconstitucional o aumento do IVA, resultando em mais um retrocesso nas negociações com os organismos internacionais.

Talvez por causa da incapacidade de realizar uma reforma fiscal de cunho ortodoxo, o governo Noboa enfrentou uma forte volatilidade em seu ministério. Aos poucos a instabilidade partidária foi tornando mais difícil a coordenação do governo. Não bastasse essa instabilidade na formação da maioria do Congresso, o governo Noboa passou a sofrer fortes pressões populares. Em fevereiro de 2002, explodiu uma greve nos distritos de Orellana e Sucumbios (principal pólo de produção de petróleo do país na região norte do Equador). De acordo com o movimento grevista, a obra resultava em impactos ambientais danosos para o meio ambiente, pois atravessava a floresta, contaminando rios que serviam à população local. Além disso, o governo foi obrigado a suspender a construção do oleoduto enquanto umas das empresas, a Occidental Petroleum do Equador (Oxxy), não reparasse os danos provocados ao meio ambiente.

Por fim, o governo Noboa acaba completamente envolvido em denúncias de corrupção, vendo seu ministro da economia, o sexto, num período de dois anos, ser afastado por denúncias de suborno.

As últimas eleições equatorianas, em 2002, elegeram o coronel Lúcio Gutiérrez Borbúa, representando uma vitória para os movimentos sociais do país, que o apoiaram, principalmente na disputa do segundo turno contra o milionário Álvaro Noboa.

Gutiérrez representava a esperança de mudanças para o país, principalmente nas áreas econômica e social, razão do apoio da Conaie à sua candidatura. A coalizão vencedora, formada pelo Partido Socialista Popular (PSP) e pelo Movimento Pachakutik (PK) obteve no primeiro turno, 20,3% dos votos, enquanto no segundo turno conseguiu 54,8% dos votos válidos.

Ao assumir a presidência, ressaltou a importância de reduzir a dívida externa, estimada em 40% do gasto anual do país. Para atingir seu objetivo, adotou algumas medidas restritivas e outras expansivas, como o aumento da taxaço aos combustíveis e a suspensão de novas contratações para o setor público. Seu próximo passo foi a tentativa de diminuição dos gastos sociais do país, impedida principalmente pelo partidos da sua base, que já naquele momento ameaçaram retirar seu apoio. Ao mesmo tempo, conseguia a aprovação de empréstimos junto ao FMI e ao Banco Mundial, assumindo em troca compromissos de ajuste fiscal, que acabou por se constituir em condicionante de sua dependência externa e do grau de liberdade decisória até o fim de seu governo.

Em maio e junho de 2003, após cortar o orçamento para a educação de 30 para 10,7%, Gutiérrez enfrentou um forte movimento grevista dos professores, que paralisou o país, sendo obrigado a voltar atrás e conceder um aumento de 12% nos salários dos profissionais da educação e maiores verbas para a área. Em seguida, os trabalhadores petrolíferos entraram em greve, temendo que o plano de contenção dos investimentos da Petroecuador se tratasse de uma estratégia de privatização da empresa e evasão das riquezas. O movimento obrigou o governo a fazer concessões importantes, a exemplo da limitação dos investimentos estrangeiros aos contratos de serviços, bem aquém do que desejava o governo.

Ainda assim o presidente Gutiérrez manteve as medidas de ajuste fiscal. Neste momento, a Conaie advertiu o governo, exigindo o fim das privatizações e a demissão de quadros identificados com a política ortodoxa, além de uma completa revisão na política energética equatoriana. Aos poucos, deputados da base do governo foram retirando seu apoio, ao mesmo tempo em que o Partido Social Cristão (PSC), tradicional partido de direita do país, vinha realizando um movimento de aproximação. Poucos meses depois, após uma consulta às bases nacionais, os movimentos indígenas e camponeses, representados pelo Pachakutik, decidiram abandonar a coalizão governista. Neste momento, a bancada do governo no Congresso Nacional ficou reduzida a apenas

oito deputados, de um total de cem cadeiras. Como será visto mais a frente, este é um dos principais desafios do próximo presidente, articular uma maioria confiável no Parlamento que lhe confira governabilidade.

No momento imediatamente posterior, ocorreu um progressivo deslocamento ideológico das relações de força partidária e a recomposição da base do Congresso. Para tal, Lúcio Gutiérrez incorpora sete novos ministros de partidos de centro-direita, como o Partido Roldosista Equatoriano (PRE), o Partido Renovador Institucional Ação Nacional (PRIAN), além do PSC, recuperando a maioria no Congresso. Deste momento em diante, a oposição e os movimentos sociais foram seguidas vezes às ruas pedindo a renúncia do presidente.

Com o objetivo de dar continuidade às políticas de ajuste macroeconômico, o passo seguinte de Gutiérrez foi realizar profundas mudanças no Judiciário do país, com o apoio de sua nova base parlamentar. Foram modificados os quadros da Corte Constitucional e do Tribunal Superior Eleitoral, como também a indicação de um novo vice-presidente para o Congresso Nacional. No entanto, a principal modificação institucional ainda estava por vir, provavelmente o maior motivo de sua saída do poder: a aprovação no Congresso Nacional da remoção de 27 dos 31 juízes da Corte Suprema de Justiça (CSJ), que foram substituídos pelos indicados pelo presidente e por partidos da situação. Como pode ser observado, a conjunção de protestos populares e tentativas arbitrárias de reformas institucionais parece ter sido o mote para mais uma crise do governo, motivada pela polarização dos atores em jogo.

No contexto regional, a intervenção na Suprema Corte é um dos expedientes mais utilizados por governantes que desejam um amplo controle do país revestido de uma suposta aparência de constitucionalidade. Do mesmo modo agiu Menem, aumentando o número de juízes da Suprema Corte argentina, estabelecendo um amplo controle do país para realizar o pacote de reformas neoliberais. Com o controle da constitucionalidade nas mãos, Gutiérrez planejava dar prosseguimento às reformas de forma mais vigorosa, hipertrofiando seus instrumentos de controle decisório.

As reações à medida foram imediatas, com os partidos de oposição, líderes empresariais, movimentos populares e mesmo a Igreja Católica condenando a reformulação da Corte Suprema do país. Neste momento, pesquisas de opinião

mostravam que a desaprovação ao governo estava em torno de 80%. Nos dias subseqüentes ocorrem manifestações por todo o Equador. Em resposta, Gutiérrez decreta o estado de emergência no país. Em vez da desmobilização, o decreto acirrou ainda mais os protestos; liderados pelos governadores, prefeitos e partidos da oposição, a população exigiu a renúncia imediata do presidente. Diante das reações negativas e da desobediência civil nas ruas da capital, o presidente revoga o estado de emergência no dia seguinte à sua promulgação. O Congresso Nacional, em sessão extraordinária, aprova por unanimidade a dissolução da CSJ, tornando nulas as decisões da Corte.

Em abril de 2005, estudantes invadem o prédio do Congresso Nacional, enquanto os deputados destituem o então presidente da casa, Omar Quintana, seguindo-se a votação do impedimento de Gutiérrez sob a alegação de “abandono de cargo”, ainda que o então presidente estivesse todo o tempo em seu gabinete. Em seu lugar assume o vice-presidente Alfredo Palacio.

Procurando demonstrar distância de seu antecessor, já nas primeiras semanas no poder Alfredo Palacio, procurou adotar um discurso nacionalista, fortalecendo os investimentos na área social e promovendo a reativação da produção petroleira baseada em capitais nacionais. Declarou que seu principal objetivo, em um governo de transição, seria “refundar o país através de amplas reformas constitucionais via consulta popular”. Apesar de esta ter sido sua principal promessa, Palacio realizou várias tentativas sem nenhum sucesso, sendo que ainda nos dias atuais, a três meses do fim de seu mandato, insiste em realizar a consulta popular.

E foi exatamente no início do governo Palacio que despontou a figura de Rafael Correa, candidato às eleições presidenciais de 2006, então nomeado ministro da Economia. Em uma decisão que surpreendeu boa parte da opinião pública internacional e do Equador, o Congresso aprovou o projeto do governo que modificou a destinação dos recursos provenientes da exportação do petróleo, feito em 2002 pelo governo Noboa (Fundo de Estabilização). Segundo o novo projeto, a maior parte dos rendimentos do petróleo, que antes eram utilizados para pagar a dívida do Equador seriam agora redistribuídos para investimentos na área social. Ao mesmo tempo, as relações com a Venezuela se estreitaram, com ambos os países assinando uma série de convênios, principalmente na área energética.

Com o intuito de aumentar as reservas do país e satisfazer os anseios populares, Palacio decide renegociar os contratos das 21 empresas estrangeiras de exploração de petróleo que operam no país. A medida baseou-se nas mudanças efetuadas na “Lei de Hidrocarbonetos”, em abril de 2006, numa cláusula que prevê o restabelecimento do equilíbrio financeiro tanto para o Estado como para as empresas petroleiras. Nesse caso, o governo equatoriano se sentiu prejudicado devido à baixa cotação do petróleo na época da assinatura dos contratos, defasados em relação aos altos preços praticados atualmente no mercado internacional. Ainda assim explodem manifestações em Sucumbíos e Orellana, com a paralisação de boa parte da produção de petróleo no país.

No entanto, a situação de conflitos enfrentada por Palacio no início de 2006 foi revertida. Para consolidar seu governo e atender a opinião pública, principalmente os grupos indígenas que marcharam rumo a capital Quito no mês de março, o mandatário equatoriano decide reformar a Lei de Hidrocarbonetos do país e revogar o contrato da empresa norte-americana Occidental Petroleum (OXY), acusada de quebra contratual. Neste momento, os Estados Unidos paralisam as negociações do Tratado de Livre Comércio (TLC), que vinha sendo negociado desde 2004, alegando a insegurança jurídica do Equador. Desde então, o governo Palácio tem conseguido manter certa estabilidade política e econômica, principalmente devido aos novos ingressos dos lucros da exploração e comercialização de petróleo conseguido com as recentes medidas acima citadas.

2- As eleições de 15 de outubro

Concorrem as eleições presidenciais de 15 de outubro 13 binômios presidenciais (candidato a presidente e candidato a vice-presidente), o maior número desde a volta a democracia, em 1979. A lei eleitoral equatoriana permite a inscrição de candidatos por partidos políticos e por movimentos, contabilizando sete candidaturas de movimentos e cinco de partidos, sendo que o binômio presidencial Leon Roldós-Ramiro González constitui uma coligação entre um movimento e um partido tradicional. Inicialmente, foram 17 os candidatos inscritos. Após a qualificação do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) esse número caiu para os 13 atuais.

EQUADOR: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

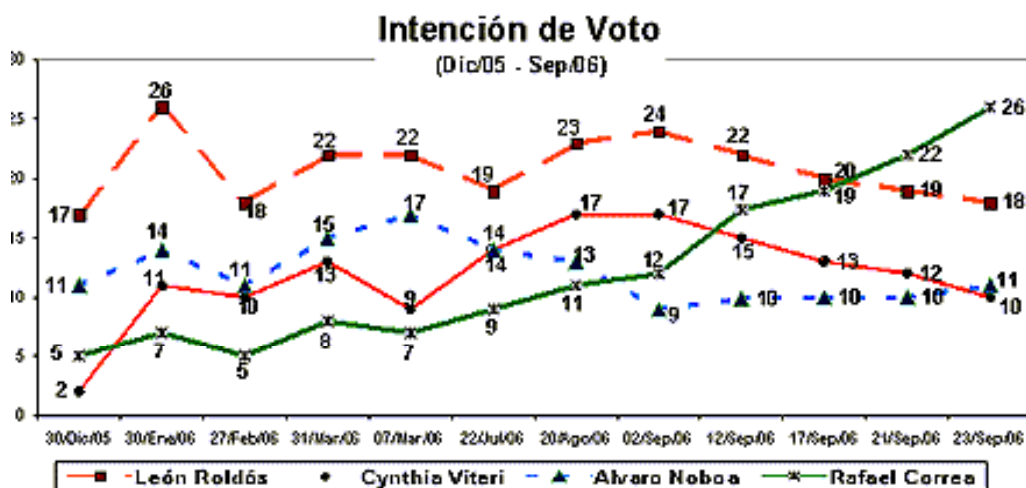
Partido	Candidato
Aliança Pátria Altiva e Soberana (PAIS)	Rafael Correa
Rede Ética e Democracia-Esquerda Democrática (RED-ID)	Leon Roldós
Partido Social Cristão (PSC)	Cynthia Viteri
Partido Renovador Institucional Ação Nacional (PRIAN)	Álvaro Noboa
Partido Sociedade Patriótica (SP)	Gilmar Gutiérrez
Movimento Pachakutik (PK)	Luis Macas
Partido Roldosista Equatoriano (PRE)	Fernando Rosero
Movimento Popular Democrático (MPD)	Luis Villacís
Concentração de Forças Populares (CFP)	Jaime Damerval
Movimento Reivindicação Democrática (MRD)	Marco Proaño
Partido Integração Nacional Alfarista (INA)	Carlos Sagñay
Movimento Revolucionário de Participação Popular	Lenin Torres
Aliança Terceira República (ALBA)	Marcelo Larrea

Pesquisas de Intenção de voto

De acordo com as últimas pesquisas de intenção de voto¹, divulgadas no dia 23 de setembro pela empresa Centro de Estudos e Dados (Cedatos/Gallup), Rafael Correa, da Aliança Pátria Altiva e Soberana (PAIS) obteve o primeiro lugar, com 26% dos votos, seguido por León Roldós, candidato da coligação Rede Ética e Democracia-Esquerda Democrática (RED-ID), com 18% dos votos. Álvaro Noboa, do Partido Renovador Institucional Ação Nacional (Prian) obteve 11% e Cynthia Viteri, do Partido Social Cristão (PSC), ficou com 10%. A porcentagem de votos brancos, nulos e indecisos seria de 28%.

Abaixo, gráfico da evolução das intenções de voto, de 30 de dezembro de 2005 a 23 de setembro de 2006, divulgado pelo Cedatos/Gallup:

¹ A lei eleitoral equatoriana não permite a divulgação de pesquisas de intenção de voto a menos de 20 dias das eleições presidenciais, pois considera que tal divulgação poderia influenciar a escolha do eleitor.



Podemos destacar que o principal destaque dos últimos meses no cenário eleitoral equatoriano foi a ascensão do economista Rafael Correa, que desde a metade de agosto subiu do quarto lugar nas pesquisas de intenção de voto, com 11% pontos percentuais para a liderança, com 26% do eleitorado. Analistas consideram que o principal motivo do sucesso da campanha de Correa foi o fato de ter concentrado suas forças na proposta da criação de uma Assembléia Constituinte, além do fato de capitalizar boa parte do voto de protesto do país. Principalmente, Correa representaria uma nova figura, distante da imagem negativa dos políticos do passado, prometendo maior participação dos cidadãos na vida política do país e principalmente criticando os tradicionais partidos políticos do país, atribuindo a eles a atual situação social, econômica e política equatoriana.

Já Leon Roldós, que liderou as pesquisas de intenção de voto com relativa folga desde o início do ano, perdeu o primeiro lugar para Rafael Correa no dia 17 de setembro. A indicação deste movimento seria a negativa de Roldós em realizar a desejada Assembléia Constituinte, preferindo reformar a Constituição do país por meio de consulta popular, o que teria deixado insatisfeito parte de seu eleitorado, que teria considerado o candidato moderado por tais afirmações. Por outro lado, com o atual descrédito da política vivido pelos equatorianos, somado à atuação de Correa, acabaram levando Roldós a ser identificado com a continuidade da política praticada nos últimos anos no país, por ter se coligado com um tradicional partido equatoriano, a Esquerda Democrática (ID).

Analistas consideram que o principal motivo da queda de Álvaro Noboa nas pesquisas de intenção de voto - do segundo lugar em maio de 2006, com 17% para a terceira

posição no dia 23 de setembro, com 11% - teria sido sua indecisão em concorrer às eleições pela terceira vez consecutiva, uma vez que chegou a renunciar a condição de candidato no dia 27 de julho. Dias mais tarde, entretanto, retomou o discurso de presidenciável ao costurar uma aliança entre seu partido, o Partido Renovador Institucional Ação Nacional (Prian), com o partido do ex-presidente Lúcio Gutiérrez, Sociedade Patriótica (SP). No entanto, no dia 08 de agosto, a aliança foi rompida, e Noboa decidiu concorrer novamente às eleições. No entanto, notícias veiculadas pelos jornais equatorianos nos últimos dias apontam a forte possibilidade de Noboa ultrapassar Roldós e disputar pela terceira vez consecutiva o segundo turno das eleições equatorianas.

Já o discurso de Cynthia Viteri nunca pareceu capaz de empolgar a maior parte do eleitorado equatoriano, principalmente por suas declarações conservadoras em relação à política econômica a ser adotada no país e a posição favorável da conclusão do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. No entanto, o principal obstáculo à candidatura de Viteri seria sua ligação próxima com Leon Febres Cordeiro, ex-presidente do Equador e um dos principais caciques políticos do país. A rejeição a Febres Cordeiro é muito grande no Equador, já que sua figura talvez seja reconhecida como a mais tradicional da política equatoriana. Cientes disso, seus adversários ligaram insistentemente a candidatura de Viteri à coordenação de Febres Cordeiro, o que acabou diminuindo seu percentual nas últimas pesquisas.

Já as outras candidaturas, segundo as pesquisas de intenção de voto divulgadas ao longo do ano, não parecem ter chance concreta nestas eleições. A candidatura do presidente da Conaie, Luis Macas, pelo partido indígena Movimento Pachakutik (PK), variou sempre entre 1% a 2% da preferência do eleitorado. Macas justifica esses números alegando que as pesquisas são realizadas nos centros urbanos do país e não nas regiões mais pobres e afastadas, onde alega estar a maioria de seu eleitorado. A sugestão do fraco desempenho do Pachakutik nessas eleições seria explicado por seu passado recente, principalmente pelas malsucedidas alianças nos pleitos anteriores, principalmente a que elegeu Lúcio Gutiérrez presidente. Parte da população, incluída a indígena, teria perdido a confiança nas sugestões do Pachakutik, que pela primeira vez em sua história lança uma candidatura própria a presidência do país. O outro candidato com maior exposição é Gilmar Gutiérrez, irmão do ex-presidente Lúcio Gutiérrez, impedido pelo TSE

equatoriano de disputar as eleições desse ano. Gilmar Gutiérrez é candidato pelo partido fundado e presidido por seu irmão, o partido Sociedade Patriótica (SP).

Nas últimas semanas, o tom da campanha subiu, com o aumento das trocas de acusações. O principal confronto foi entre Rafael Correa e Cynthia Viteri. Ambos se chamaram de mentirosos e exigiram publicamente a renúncia de seu respectivo adversário. A principal crítica dos adversários de Correa seria ao seu suposto extremismo político, em razão principalmente de sua aproximação com o presidente venezuelano Hugo Chávez, com quem é acusado de possuir ligações consideradas obscuras. Correa nega ser o candidato apoiado por Chávez no pleito equatoriano, afirmando apenas possuir uma relação de amizade com o presidente do país vizinho. Amizade esta que o levou a passar dois dias na Venezuela, em setembro, hospedado na casa de Chávez. De lá, partiu diretamente para a Argentina, onde encontrou Néstor Kirchner, ao qual também chamou de amigo pessoal. Imediatamente ligado a esse assunto, está a crítica de seus oponentes de que Correa teria recebido dinheiro da Venezuela para financiar sua campanha eleitoral, a segunda em recursos dessa eleição.

3- Principais problemas e desafios à governabilidade equatoriana

3.1- Histórico de subdesenvolvimento e instabilidade regional

O Equador possui uma larga herança histórica de subdesenvolvimento, bastante semelhante a de seus países vizinhos na região andina, uma das regiões de maior pobreza e instabilidade crônica da América do Sul. A partir dos anos 1980, a implementação de medidas de orientação neoliberal, que a princípio trariam maior inclusão e estabilidade, não foi capaz de cumprir boa parte de suas promessas, aprofundando ainda mais a desigualdade social e a pobreza da região. No entanto, as mudanças positivas em algumas áreas não conseguiram alterar as estruturas sociais, mantendo ainda uma realidade absurdamente excludente.

Dentre as semelhanças entre esses países, podemos citar, por exemplo, a dependência em relação ao petróleo, a instabilidade, o surgimento de novos movimentos sociais de caráter majoritariamente étnicos e anti-sistêmicos, as sucessivas tentativas de reformas constitucionais, entre outros. Essas discussões trazem novos valores para a política e

para a democracia. Ao mesmo reconfiguram outros já tradicionais. De acordo com Marcelo Coutinho²:

“Em alguma medida toda a região andina se ressentiu de um desequilíbrio institucional provocado pela polarização de forças, cujo resultado são crises periódicas, enfraquecimento de governos, recrudescimento de regimes, falta de regras claras de convivência, enfim, um clima de intranquilidade e tensão permanente que obstaculiza a ordem democrática ao mesmo tempo em que revela sua centralidade”(Coutinho, 2006).

Segundo Coutinho, o momento de mudança política experimentado pelas democracias andinas não está terminado, com sérios questionamentos acerca da construção de um modelo viável e inclusivo, principalmente devido as suas dificuldades de realização, que passam, por exemplo, pelas demandas de maior inclusão de população historicamente marginalizadas e os desafios impostos pelo neoliberalismo, sem contar com o já citado histórico de exploração e subdesenvolvimento.

3.2- Crise do modelo democrático equatoriano

Críticos do modelo político equatoriano consideram que um dos principais problemas do país reside no abandono de uma das premissas fundamentais da democracia: a separação de poderes. No caso equatoriano, o Executivo influi diretamente nas decisões do Congresso, com amplo poder de agenda. Entretanto, a influência do Executivo hipertrofiado e do Legislativo se desenvolve principalmente no Poder Judiciário do país, onde o Tribunal Constitucional e o Tribunal Supremo Eleitoral seriam dominados pelos partidos políticos, o que ocasionou um conhecido histórico de casos de favorecimento e corrupção.

Tal histórico acabou acarretando no descrédito da maior parte da população no modelo democrático, ao menos o modelo democrático praticado no Equador, e na política de uma forma geral. Assim, com o sistema partidário do país extremamente enfraquecido e desacreditado, ocorreu a natural absorção pelos movimentos sociais desse espaço vazio. De forma que esses grupos sociais são atualmente os que constroem a agenda pública do país, transmutando suas demandas em demandas nacionais, largamente aceitas pela maioria da população.

Prova disso foi o baixo comparecimento às urnas nas eleições de 2002, que estabeleceu um recorde negativo com a participação de apenas 62,9% dos eleitores registrados, o

² Para maiores detalhes, ver: Coutinho, Marcelo J. V. *Democracias andinas: chegando tarde à festa.*

que indica um eleitorado com baixa expectativa de mudança e baixo reconhecimento das instituições democráticas. Segundo dados do PNUD, a confiança na democracia pelos equatorianos tem diminuído ao longo dos últimos anos.

Ainda assim, podemos tomar como emblemático o exemplo do partido indígena Movimento Pachakutik, que mesmo com o poder de agenda e de mobilização dos movimentos sociais, não consegue cristalizar esse apoio em cargos eletivos ou mesmo viabilizar a construção de uma alternativa viável para uma candidatura presidencial. Nesse espaço, novos nomes críticos a política tradicional, como o de Rafael Correa, inteligentemente se apropriaram desse discurso dos movimentos sociais e de suas demandas. O discurso de Correa é o discurso dos movimentos sociais, que pode ser visto em suas propostas antiliberalizantes, antiamericanas, pela valorização do petróleo e principalmente pela construção de uma Assembléia Constituinte. Como já dito antes, essas seriam as principais razões de sua liderança nas pesquisas de intenção de voto, explicando. Até mesmo o apoio declarado de parte considerável da Esquerda Democrática (partido de Leon Roldós) e do PK a sua candidatura.

Um dos grandes trunfos de Correa é exatamente um dos principais problemas da democracia equatoriana: a baixa popularidade ou o descrédito dos partidos políticos no país, ou ainda, o modelo de representação política intermediado pelos partidos. O discurso de Correa se aproveita claramente desse viés, ao afirmar sucessivamente sua oposição aos partidos políticos tradicionais, no que chama de *partidocracia* equatoriana. O candidato da Aliança PAIS alega que os mesmos são constituídos de um tradicionalismo corroído e sem resultados, para em seguida propor uma nova forma de intermediação, que é exatamente a criação de sua Aliança PAIS, no que significaria um novo rumo para a política do país. Tanto é assim que a campanha de Correa pela realização de uma Assembléia Constituinte, centraliza seu discurso na mudança, afirmando que a nova Constituição do país será uma Constituição cidadã, tirando cada vez mais o foco da política tradicional representada pelos partidos políticos e pelos deputados para supostamente eleger o povo como fiel atuante em sua história.

A sugestão é que a queda de posição de Roldós nas pesquisas de intenção de voto se deva exatamente ao fato de seu discurso ser mais moderado. No entanto, ao refletirmos sobre as margens de governabilidade do futuro presidente, Roldós parece contar com uma base mais sólida e possível de governo. A coligação RED-ID está bem estruturada

em todas as províncias do país, com uma sólida campanha parlamentar em curso, o que leva a crer na possibilidade de construção de uma base de apoio no Congresso Nacional equatoriano. Já a Aliança PAIS, de Rafael Correa, ao contrário, não lançou candidatura ao parlamento, tornando sua relação com o Congresso Nacional uma verdadeira incógnita.

Já Cynthia Viteri, apesar de ser uma deputada com um bom histórico no Congresso e de representar uma imagem relativamente nova no cenário político equatoriano, é ligada a um dos partidos mais tradicionais de direita do país, o PSC. Como já dito anteriormente, seu principal aliado e coordenador de sua campanha é o ex-presidente Leon Febres Cordeiro, um dos principais caciques políticos do país, há longo tempo figura de destaque na vida pública equatoriana. Esse seria exatamente o ponto fraco de Viteri, exatamente o mais atacado por seus adversários. Na disputa virtual da internet, um dos vídeos mais comentados e assistidos do país se refere a um comício de Viteri que tem Febres Cordeiro como companheiro de palanque. Nele, a ex-deputada repete seguidas vezes o nome de Cordeiro. Na edição do vídeo, foi dada grande ênfase a esses momentos, com a conseqüente indicação final de que uma possível vitória de Viteri seria, na verdade, a vitória do ex-presidente Leon Febres Cordeiro.

Outro fator recorrente no país é a alta volatilidade ministerial. Um bom exemplo foi o curto mandato presidencial de Gustavo Noboa, que teve seis ministros de Governo (um dos cargos mais importantes da pasta ministerial) no período de dois anos. Da mesma forma agia Lúcio Gutiérrez, que trocava os ministros de Governo desgastados, assim como Alfredo Palacio. Como podemos ver, a troca do ministro de Governo é um dos expedientes mais utilizados pelos presidentes equatorianos como forma de modificar a política e conseguir apoio do Congresso e de parte da sociedade, ou mesmo para modificar uma situação negativa e reiniciar algum processo que se configure problemático. Segundo dados divulgados pelo Cedatos/Gallup, somente nos 15 primeiros meses da administração de Palácio, ocorreram 316 trocas de funcionários de alto escalão.

3.3- Sistema político equatoriano

Na opinião de vários analistas políticos equatorianos, as eleições de 2006 contam com uma margem mínima para transformarem-se no mecanismo de solução de problemas de

instabilidade e governabilidade do país. Para Simón Pachano³, o principal entrave para a democracia seria a atual configuração do sistema político equatoriano, que produziria inevitavelmente presidentes débeis e Parlamentos fragmentados, tornando excessivamente agudos os aspectos negativos do presidencialismo. Pachano aponta diversos problemas do sistema eleitoral equatoriano, no desenho das relações executivo-legislativo e no que denomina obsoleta organização territorial do país.

Em relação ao sistema eleitoral equatoriano, as críticas são diversas, indo desde ausência de um Senado ou uma Câmara que represente o território, uma vez que o Congresso Nacional equatoriano é unicameral, possuindo 100 deputados; à fragmentação da representação partidária em razão da falta de uma cláusula de barreira, o que permitiria a inscrição de pequenos grupos ou movimentos formados unicamente para as eleições, que não possuiriam compromisso ou identidade partidária.

Esses componentes levariam a eleições extremamente individualizadas e não comprometidas com o país de uma forma geral, com a confluência de vários atores, desde pequenos grupos que não necessariamente se entendem, as velhas oligarquias e aos movimentos sociais. Outro problema é que nem todos esses grupos reconhecem a democracia como legítima, questionando o Estado e o modelo representativo. A organização geográfica do país acentua a centralização, já que o Equador é um país de sistema unitário. As 17 províncias possuem muito pouca liberdade em relação ao governo central. Esta disposição geográfica e organizacional influencia diretamente nos resultados do sistema eleitoral equatoriano. Determinados partidos ficam restritos geograficamente e não conseguem ter expressão nacional, como é o caso do PSC, que possui sua base na região litorânea do país, principalmente em Guayaquil, a segunda cidade mais importante do Equador

Segundo Pachano, em um sistema eleitoral assim conformado, é impossível que o presidente obtenha o respaldo sólido e consiga construir sólidas maiorias parlamentares, que possibilitem a governabilidade. Também seria impossível eliminar a personalização e conseguir que a votação do cidadão se oriente por considerações ideológicas ou segundo posições político programáticas.

³ Pachano, Simon, El Proceso Electoral Ecuatoriano.

No entanto, defensores do atual modelo aludem a garantia de representatividade junto ao eleitorado e ao caráter democrático do mesmo, permitindo uma maior inclusão no sentido de não criar barreiras para a candidatura de grupos menores ou não necessariamente ligados a política nacional, o que aumentaria a representatividade e a identificação do eleitorado local com seu representante no Parlamento.

O tema do financiamento eleitoral também foi muito polêmico. Dados indicam que até o dia 05 de outubro foram gastos cerca de US\$ 5,1 milhões de dólares nas campanhas. Coincidentemente ou não, os quatro principais candidatos foram exatamente os que mais gastaram. Em primeiro lugar está Álvaro Noboa, com US\$ 1.338 milhão de dólares, seguido por Rafael Correa, com US\$ 1.190 milhão de dólares e por Cynthia Viteri, com US\$ 833 mil dólares declarados. Em quarto lugar está Leon Roldós, com US\$ 712 mil dólares. Esse dinheiro teria sido utilizado majoritariamente na campanha televisiva.

3.4- Reforma Constitucional

Ressaltando mais uma vez o imperativo da resolução de conflitos entre os três poderes, respectivamente Executivo, Legislativo e Judiciário, o tema da necessidade de reformas continua na pauta do dia. As propostas variam de mudanças em determinadas áreas consideradas problemáticas, a reformas através de consulta popular e mesmo a instalação de uma Assembléia Constituinte com plenos poderes para reformar toda a Carta Política do país, que é um artifício relativamente usual no país, sendo que a última Constituição foi promulgada em 1998. As sucessivas reformas constitucionais e legais acabaram fortalecendo o presidente equatoriano, o que faz com que o Legislativo utilize o bloqueio das iniciativas do Executivo como moeda de uso corrente e principal estratégia de barganha política.

Assim, nada indica, a princípio, que o resultado dessa eleição poderá tirar o Equador do caminho tortuoso de instabilidade crônica a que vêm sendo submetido nos últimos anos. Nenhum dos quatro principais presidenciáveis tem a menor garantia de contar com o apoio do Parlamento, que também será eleito nessas eleições, e menos ainda a possibilidade de contar com um Congresso Nacional não tão fragmentado. Ainda assim, algumas alternativas podem ser consideradas com o intuito de aumentar os graus de liberdade de ação do futuro presidente equatoriano.

Um bom exemplo pode ser visto nas últimas atitudes do presidente Alfredo Palacio em relação à pressão exercida pelo governo dos Estados Unidos e por organismos multilaterais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Com a execução das principais demandas dos movimentos sociais do país, respectivamente o fim das negociações de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos e a revogação do contrato da empresa petrolífera norte-americana Occidental Petroleum (OXY), bem como a recente reforma na lei de Hidrocarbonetos do país, o atual presidente abriu um caminho interessante que pode vir a ser trilhado pelo próximo mandatário do país.

Com essas atitudes, o Equador vêm paulatinamente obtendo maior controle sobre suas reservas de petróleo, bem como recebendo mais dinheiro por isso. Além disso, com o fim do ATPDEA⁴ em 31 de dezembro, novas possibilidades de integração comercial podem ser experimentadas, principalmente com países do Sul, desviando a histórica relação de dependência desse país com os Estados Unidos.

Ainda assim, a dependência do petróleo se manterá como um dos principais assuntos da agenda do país, que concentra muitos conflitos de difícil resolução incidindo diretamente em sua governabilidade, o que torna sua situação extremamente delicada

Por outro lado, a realização de uma Assembléia Constituinte, como parece ser o desejo de muitos eleitores, nos traz outra incógnita. É de fato necessária uma reforma em boa parte das leis do país, a começar pelo restabelecimento do equilíbrio de poderes no país e pela despolitização do Judiciário, que pode ser uma excelente alternativa. No entanto, se ao contrário, a nova Constituinte trazer ainda maior centralização política nas mãos do Executivo, a situação de instabilidade tende a piorar.

3.5- Petróleo

Um dos pontos mais polêmicos do debate presidencial é exatamente o destino dos recursos originários da exploração e exportação do petróleo. A temática da exploração do petróleo e sua comercialização é profundamente complexa e causa de diversas crises no Equador. De um lado temos as empresas petrolíferas estrangeiras, que atuam no país

⁴ ATPDEA é a Lei de Promoção Comercial Andina para Erradicação da Droga (ATPDEA), um tratado de preferências alfandegárias dos países andinos com os Estados Unidos, com o compromisso do combate ao plantio da folha de coca e do narcotráfico em geral.

desde a liberalização das reservas na década de 1970, e do outro o Estado lutando por maior controle da produção e participação, o que ocasionaria a ampliação das receitas do país, com o aumento dos chamados “ingressos petrolíferos”. Temos ainda os movimentos sociais, principalmente indígenas e sindicais, contrários aos efeitos danosos ao meio-ambiente e principalmente pelo maior repasse dos recursos do petróleo para as regiões mais pobres do país, exatamente aquelas que possuem as maiores reservas de hidrocarbonetos. Estes recursos são repassados pelo governo central as províncias, o que gera constantes conflitos e greves.

Fazendo uma breve retrospectiva, o Gustavo Noboa conseguiu aprovar, após diversas tentativas, que 70% dos rendimentos provenientes do petróleo fossem destinados ao pagamento da dívida externa, criando o chamado “Fundo de Estabilização”. Como se pode perceber, esse dinheiro, fundamental para o desenvolvimento do país, não era investido no mesmo.

Já no governo de Lúcio Gutiérrez, entre os principais compromissos firmados com o FMI pelo governo, estava o corte de US\$ 200 milhões de dólares de investimento na Petroecuador, estatal equatoriana do petróleo, bem como a maior abertura do país a exploração do petróleo para investimentos externos.

Tanto movimentos sociais como o Estado equatoriano estão envolvidos em disputas judiciais com as empresas petrolíferas estrangeiras. As principais demandas dos movimentos sociais, primordialmente grupos indígenas habitantes da região amazônica (principal pólo produtor de petróleo equatoriano) estão relacionadas as diversas acusações de danos ambientais, tais como a destruição de florestas, contaminação de terras e rios, tendo como consequência a destruição das plantações, a morte de animais e o aumento dos casos de câncer entre a população local.

De uma forma geral, todos os candidatos à presidência planejam utilizar os recursos provenientes do alto preço do petróleo no mercado internacional como principal forma de financiamento para os mais diversos fins. Prometem utilizar esse dinheiro para investimentos na área social, ainda que também afirmem que converterão o país à condição de exportador de derivados, transformando a estatal Petroecuador em uma empresa “eficiente”.

No entanto, alguns sérios problemas podem ser percebidos nesta dependência, desde a queda do preço do petróleo no mercado internacional a disputas internas que levem a greves e mobilizações que paralisem a produção nacional, fato corriqueiro no Equador. É preciso levar em conta também a falta de investimento na própria indústria petrolífera, que vêm fazendo a produção cair nos últimos anos.

Quatro presidenciáveis propõem a nacionalização dos hidrocarbonetos do país, Luis Macas, do partido indígena Movimento Pachakutik (PK) Luiz Villacís, do Movimento Popular Democrático (MPD), Marcelo Larrea, da Aliança Terceira República (ALBA) e Fernando Rosero, do Partido Roldosista Equatoriano. Já os quatro principais candidatos prometem:

Rafael Correa: Propõe uma “exaustiva investigação” dos contratos com as petrolíferas estrangeiras e a reestruturação legal da Petroecuador, despolitizando-a. Afirma também que implementará um programa de construção de usinas hidrelétricas, acabando com o que chama de “desperdício” de derivados de petróleo. Declara ainda que o país deve ingressar na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), bem como estabelecer laços comerciais com o presidente venezuelano Hugo Chávez, buscando a integração energética dos dois países.

Leon Roldós: Acredita no saneamento das contas da Petroecuador com o objetivo de recuperar a produção de 70 mil barris diários de petróleo. Afirma ainda que não entregará a exploração dos campos de petróleo à iniciativa privada, “já que tudo que se necessita é melhorar a produção com eficiência”.

Álvaro Noboa: Afirma que os recursos provenientes da exploração e exportação do petróleo se converterão na principal fonte de investimento na área social, bem como se mostra aberto à concessão de campos de petróleo a iniciativa privada. Tem a intenção de promover o refino do petróleo no Equador, ao mesmo tempo em que despolitizará a administração das atuais refinarias.

Cynthia Viteri: Declara que o petróleo é um bem dos equatorianos e deve ser investido nos equatorianos. Pretende reforçar a economia com a exportação de produtos derivados do petróleo. Promete ainda construir escolas especializadas, creches e hospitais com esse recursos.

3.6- Cooperação e Integração internacional

Os últimos governos equatorianos têm oscilado numa relação tensa para manter as linhas de crédito dos organismos financeiros internacionais sempre abertas e o instável apoio político e partidário interno. Isso tem se refletido nos acordos comerciais assinados pelo Equador, na sua relação com as empresas multinacionais e, particularmente, em sua relação com os Estados Unidos e a Colômbia.

As relações com a Colômbia tem sido um dos principais focos de tensão desde o início do Plano Colômbia, ou Plano Patriótico, financiado com recursos norte-americanos. Com o aumento da repressão à guerrilha, notadamente contra as Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC), a fronteira entre os dois países tem sido palco de um histórico de fugas e embates. O eixo dessa relação tensa é a questão do tráfico de drogas se deve ao fato de que os Estados Unidos criaram mecanismos que condicionam abertura comercial ao combate do tráfico.

O principal deles é a Lei de Promoção Comercial Andina para Erradicação da Droga (ATPDEA), que como já dito, expira no dia 31 de dezembro. O governo de Alfredo Palacio procura prorrogar esse prazo, mas ao que tudo indica, não terá êxito, devido a forte pressão negativa exercida pelo Congresso Nacional norte-americano. Ao mesmo tempo, como foi visto anteriormente, as negociações de um Tratado de Livre Comércio (TLC) estão paralisadas desde a reforma na Lei de Hidrocarbonetos do país e a revogação do contrato com a OXY. Neste momento, algumas opções se colocam para os próximos presidentes: Retomar as negociações do TLC com os Estados Unidos, tentando reativar um processo que vem se arrastando desde 2004 sem sucesso; pedir a prorrogação do ATPDEA, que até o momento parece ser a alternativa mais difícil de ser realizada, ou tentar expandir e diversificar as relações comerciais do Equador com outros países, principalmente da América do Sul e da Ásia, conforme tem atuado o atual chanceler equatoriano, Francisco Carrión.

Em relação à política externa dos presidentes, temos dois eixos principais: o eixo de Rafael Correa e do moderado Leon Roldós, que advoga uma política externa mais independente dos EUA, com a não renovação da cessão da Base Militar de Manta aos EUA e a impossibilidade das negociações de um TLC nos atuais termos, bem como vislumbram a possibilidade de acordos com outros países. Do outro lado temos o eixo

capitaneado por Álvaro Noboa e Cynthia Viteri, que são radicalmente a favor da retomada das negociações do TLC com os Estados Unidos, visto que percebem que este país historicamente sempre foi o principal aliado do Equador e responsável direto pela manutenção da economia e de um grande número de empregos; pela renovação do uso da Base de Manta e a utilização da mesma como moeda de troca das negociações do TLC; bem como a realização de Tratados de Livre Comércio com outros países.

Essas são as propostas dos principais candidatos.

Rafael Correa: Assinalou que não envolverá o país no Plano Colômbia e que recorrerá a instâncias internacionais para compensar os prejuízos equatorianos. Correa se negou a considerar as Farcs como terroristas, como é o desejo dos governos dos EUA e da Colômbia, o que provocou protestos do presidente colombiano Álvaro Uribe. Alegou que buscará uma maior aproximação com a Venezuela e com outros países da América Latina, “seguindo o espírito de Bolívar”. Declarou ainda que seu governo será um representante legítimo da onda que arrasa a região, presente nos governos de Nestor Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e Tabaré Vazquez no Uruguai, construindo uma visão latino-americana. É contrário as negociações do TLC com os Estados Unidos e acredita no fortalecimento da integração regional com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e com o Mercosul.

Leon Roldós: Buscará compensações junto aos Estados Unidos e a Colômbia pelos custos ocasionados ao país pelo Plano Colômbia. Também se mostrou partidário as negociações do TLC, dizendo que as linhas mestras do comércio exterior serão definidas pelo povo através de consulta popular.

Álvaro Noboa: Reiterou que o presidente equatoriano não tem nenhuma ingerência no assunto colombiano, já que diz respeito ao país vizinho. Noboa afirmou que não terá relações políticas com a Venezuela nem com Cuba. É totalmente a favor do TLC, exceto na área agrícola. Não irá submeter este tema a consulta popular.

Cynthia Viteri: Afirma que não permitirá que o Plano Colômbia afete o país, bem como manterá a presença do Exército na fronteira com este país. É partidária da negociação do TLC com os Estados Unidos, uma vez que acredita que o país necessita abrir seus mercados a investimentos externos, mas sustentou que não submeterá este tema a consulta popular.

4- Conclusões

O histórico recente de crises políticas e econômicas, perda de mandatos presidenciais, dependência externa e ebulição interna levaram o Equador a um quadro de instabilidade crônica. O próximo presidente terá sérios desafios em relação à governabilidade e a obtenção de graus de liberdade de ação concreta.

O resultado das eleições equatorianas de 15 de outubro ainda está indefinido, de acordo com as últimas pesquisas de intenção de voto. Três possibilidades, entretanto, são mais prováveis: A eleição de Rafael Correa já no primeiro turno; a realização de segundo turno entre Rafael Correa e Álvaro Noboa ou a realização de segundo turno entre Rafael Correa e Leon Roldós.

No caso da eleição já no primeiro turno de Rafael Correa, é possível imaginar algumas direções de seu futuro governo. É bem provável a aproximação com o presidente venezuelano Hugo Chávez, principalmente com a realização de acordos na área energética. Ao mesmo tempo, é grande a possibilidade de um possível distanciamento do principal parceiro comercial do Equador, os Estados Unidos. Nesse contexto, a presumível indicação da não renovação do ATPDEA pelo Congresso norte-americano também pode constituir um grave problema, já que a economia equatoriana está estruturada nas vantagens comerciais oferecidas pelo acordo. Segundo estimativas, com o fim do ATPDEA, de 100 a 200 mil postos de trabalho no Equador deixarão de existir.

Com o objetivo de diversificar os parceiros comerciais, Rafael Correa deve desenvolver uma aproximação do Equador com outros países da América do Sul, principalmente os outros países andinos e com o Mercosul (já sinalizada em seu programa de governo e em todos os seus discursos). Por fim, com a eleição de Correa, é praticamente certa a tentativa de realização de uma Assembléia Constituinte já no início do ano que vêm, já que esta é sua principal promessa da campanha. Dois cenários distintos são possíveis, dependendo da futura correlação de forças que será constituída nessa eleição parlamentar:

1) Um possível conflito aberto entre Executivo e Legislativo, já que a Aliança PAIS não lançou candidatos a deputados, levando Correa a ter sérios problemas na formação de

maiorias parlamentares e sofrendo com o desgaste provocado pelos partidos de oposição.

2) A capitalização do forte apoio popular a iniciativa da Assembléia Constituinte a favor da realização da mesma, por Rafael Correa, que então poderia tentar realizar as reformas necessárias ao país.

No caso da realização de um segundo turno, em ambos os casos Correa se coloca em vantagem inicial, de acordo com as últimas pesquisas. Álvaro Noboa conta com uma grande rejeição de parte do eleitorado, em números bem estabilizados. Já Roldós possui rejeição menor, o que pode contar positivamente a seu favor.

O cenário de um segundo turno entre Correa e Noboa será com toda certeza excessivamente polarizado, com grandes chances de pesadas trocas de acusação de ambos os presidenciáveis. De um lado, Correa, representando um discurso de esquerda e de profundas mudanças, enquanto Noboa representaria a tradição e uma suposta confiabilidade, já que se apresenta como candidato mais alinhado aos empresários do país e aos Estados Unidos, calcado em sua imagem de empresário de sucesso. O principal desafio de um possível governo Noboa seria contornar os prováveis protestos populares em relação à retomada das negociações do TLC com os Estados Unidos e a sua plataforma mais conservadora em relação à economia.

Já o grande desafio de Roldós, em um provável segundo turno, seria trazer de volta boa parte de seu eleitorado que migrou para Correa nos últimos meses. Um caminho possível seria a maior radicalização de seu discurso. Ao mesmo tempo, não poderia radicalizar tanto assim, com o intuito de conquistar o eleitorado mais conservador de Viteri e Noboa, que tenderia a migrar para Roldós, o mais moderado da esquerda. A princípio, a eleição de Roldós traria uma menor possibilidade de conflitos com o Congresso Nacional, já que a coligação RED-ID lançou candidaturas parlamentares e Roldós não tem entre seus planos a realização de uma Assembléia Constituinte, mas a reforma da Carta Política do país por meio de consulta popular. Por outro lado, o desafio de Roldós seria oscilar entre o discurso moderado (para agradar os Estados Unidos e o empresariado do país) e o radical (com o intuito de agradar os setores populares que exigem mudanças imediatas).

A agenda do próximo presidente equatoriano passará obrigatoriamente pela reforma do sistema político do país, pela diversificação e ampliação das relações comerciais e pela satisfação de demandas de inclusão democrática de populações historicamente marginalizadas e pobres.

Resta saber se o próximo presidente equatoriano será capaz de cumprir esses desafios, ou, ao menos, começá-los.

Referências Bibliográficas

COELHO, André Luiz e SANTANA, Carlos Henrique. *Democracia e desenvolvimento no Equador: Instabilidade crônica e estelionato eleitoral*. In: LIMA, M. R. S. e COUTINHO, M. J. V. (Org), "Agenda Sul-Americana 2001-2005", no prelo.

COUTINHO, Marcelo J. V. *Democracias andinas: chegando tarde a festa*. Paper apresentado na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2006.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. Monitor Eleitoral. Rio de Janeiro, set. 2006. Disponível em: http://observatorio.iuperj.br/archive/Monitor_Eleitoral_07final.pdf. Acesso em: 05 out. 2006.

PACHANO, Simón. *El proceso electoral ecuatoriano*. ARI nº 101/2006. Disponível em <http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/1042.asp>.

STOKES, Susan. (2001), *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

YASHAR, Deborah J. (2005), *Contesting citizenship in Latin America: the rise of Indigenous Movements and the postliberal challenge*. Cambridge, Cambridge University Press.

Outras fontes:

Banco de Eventos Políticos do OPSA

El Comercio (www.elcomercio.com)

El Universo (www.eluniverso.com)

Página Oficial do candidato Rafael Correa (www.rafaelcorrea.com)

Página Oficial da candidata Cynthia Viteri (www.cynthiaviteri.com.ec)

Página Oficial do candidato Leon Roldós (www.leonroldos.com)